

---

# **BOOK-TAX CONFORMITY E PERSISTÊNCIA DO LUCRO: EFEITOS MODERADORES DO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E DA AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA**

Guilherme Otávio Monteiro Guimarães <sup>1</sup>  
Marcelo Alvaro da Silva Macedo <sup>2</sup>

---

▪ Artigo recebido em: 28/02/2024 ▪ Artigo aceito em: 09/08/2024

## **RESUMO**

O maior ou menor grau de associação entre os sistemas contábil e tributário, ou o book-tax conformity (BTC) de cada país, fomenta um debate sobre o efeito dessa variável na qualidade das informações contábeis, com posições a favor e contrárias à conformidade. Existe uma lacuna para a adição de outros elementos não considerados na relação entre BTC e qualidade das informações contábeis que aumentem a compreensão dos efeitos da conformidade. O presente estudo tem como objetivo testar e analisar o possível efeito moderador dos níveis de gerenciamento de resultados (EM) e de agressividade tributária (TAG) na relação entre a Book-Tax Conformity (BTC) e a persistência do lucro. Foi empregada a técnica de regressão múltipla em um painel não balanceado de empresas não financeiras por país-ano, englobando 35 países no período de 2010 a 2020. Os resultados mostram que a associação entre práticas agressivas (EM ou TAG) e o ambiente contábil tributário (BTC) prejudicam a persistência do lucro. O estudo oferece novas evidências sobre a relação entre a BTC e a persistência do lucro em ambientes de maior ou menor incidência de práticas discricionárias, indicando que há maiores riscos para a qualidade da informação contábil em países de alta BTC.

**Palavras-Chave:** Book-tax Conformity. Persistência do Lucro. Práticas Discricionárias.

## **Book-Tax Conformity and Earnings Persistence: Moderating effects of Earnings Management and Tax Aggressiveness**

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Pasteur, 250 - sala 250. Urca. Rio de Janeiro-RJ CEP 22290240 (21) 39385262  
[gomguimaraes@gmail.com](mailto:gomguimaraes@gmail.com).

<https://orcid.org/0000-0002-4999-5534>

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ. Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Departamento de Contabilidade da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Av. Pasteur, 250 - sala 250. Urca. Rio de Janeiro-RJ CEP 22290240 (21) 39385262. [malvaro@facc.ufrj.br](mailto:malvaro@facc.ufrj.br)  
<https://orcid.org/0000-0003-2071-8661>

## ABSTRACT

The degree of association between accounting and tax systems in a country, or its book-tax conformity, fuels a debate about the effect of this variable on the quality of accounting information, with positions both in favor of and against conformity. There is a gap in the literature regarding the addition of other elements not previously considered in the relationship between book-tax conformity and the quality of accounting information, which could enhance the understanding of the effects of conformity. This study evaluates and analyzes the possible moderating effect of earnings management and tax aggressiveness on the relationship between book-tax conformity and earnings persistence. The multiple regression technique was employed on an unbalanced panel of non-financial companies by country-year, encompassing 35 countries from 2010 to 2020. The results indicate that the association between aggressive practices (earnings management or tax aggressiveness) and the tax accounting environment (book-tax-conformity) impairs earnings persistence. The findings provide new evidence on the relationship between book-tax conformity and earnings persistence in environments with higher or lower incidences of discretionary practices, indicating greater risks to the quality of accounting information in countries with high conformity.

**Keywords:** Book-tax conformity. Earnings Persistence. Discretionary Practices.

## 1 INTRODUÇÃO

O maior ou menor vínculo entre os sistemas contábil e tributário, ou o book-tax conformity (BTC), tem sido objeto de grande debate na academia acerca de sua influência em dimensões da qualidade do lucro. As discussões sobre os diferentes graus de associação entre a base tributável e o lucro contábil se originaram nos Estados Unidos a partir dos grandes escândalos financeiros ocorridos no início dos anos 2000. A partir da descrição detalhada de três grandes investigações sobre manipulação de resultados (Enron, Tycon e Xerox), Desai (2005) apontou como o gerenciamento de resultados e as práticas de agressividade tributária estavam entrelaçadas e que culminaram corroendo tanto a base tributável quanto a confiança do mercado nas demonstrações contábeis. Tanto o mercado, quanto políticos e academia passaram a discutir se um maior nível de conformidade pode ser benéfico tanto para o mercado quanto para os governos (Hanlon, Laplante, & Shevlin, 2005; Hanlon & Heitzman, 2010).

A defesa de uma maior conformidade entre os resultados contábil e fiscal, de maneira geral, aponta para o fato de que em modelos institucionais de maior afastamento (ausência de conformidade ou conformidade fraca), os responsáveis pelas escolhas contábeis das entidades teriam maiores chances de agir oportunisticamente gerenciando os lucros para cima enquanto realizariam ações agressivas para reduzir a carga tributária. O risco seria duplo: uma informação com viés, em razão do gerenciamento de resultados, com apresentação de lucros superestimados, que poderia levar a perdas para os investidores; e o aumento do tax avoidance reduzindo a capacidade arrecadatória do Estado (Desai, 2005; Whitaker, 2005; Desai & Dharmapala, 2009).

Os que defendem que uma conformidade maior é mais benéfica (tanto para o mercado quanto para os governos) argumentam que os executivos não teriam incentivos para reduzir a carga fiscal, pois isso implicaria na redução dos lucros e consequentemente diminuiriam os dividendos. Nem tampouco iriam gerenciar demasiadamente os lucros para cima o que implicaria em maior pagamento de impostos (Desai, 2005; Desai & Dharmapala, 2009). Além disso, em uma jurisdição com alta conformidade, haveria uma redução dos custos de compliance (Whitaker, 2005; Desai & Dharmapala, 2006). Whitaker (2005) também pontua os seguintes fatores positivos na adoção de uma política com maior a conformidade: a redução do custo do funcionamento da administração tributária, economia política e aumento da percepção de justiça na aplicação da lei tributária. Assim, aqueles que defendem níveis altos de conformidade contábil fiscal argumentam que, devido à similitude dos resultados, haveria um natural decréscimo no comportamento discricionário dos gestores, aprimorando a informação e permitindo que o fisco tenha maior controle sobre os lucros reportados, em linha com os estudos de Desai, (2005), Whitaker (2005) e Desai e Dharmapala (2009).

Os que advogam pela menor conformidade alegam que um alinhamento das duas medidas prejudicaria o conteúdo informacional dos lucros contábeis que deixariam de refletir os fenômenos econômicos em sua essência. (Hanlon, Laplante, & Shevlin, 2005; Hanlon & Shevlin, 2005; Hanlon, Maydew, & Shevlin, 2008). Na linha desses trabalhos, Shackelford (2006) argumenta que uma maior conformidade implicaria em interferência dos legisladores e políticos sobre os padrões contábeis, o que acabaria minando a qualidade da informação a ser reportada para os investidores. Na visão dos que defendem uma menor conformidade contábil tributária, a informação emanada da contabilidade, com seus mecanismos de representação fidedigna dos eventos econômicos, perderia qualidade e impactaria o mercado de capitais prejudicando o processo de tomada de decisões ao se submeter aos ditames estatais requeridos num modelo de maior conformidade contábil tributária. Hanlon, Laplante e Shevlin (2005), Hanlon e Shevlin (2005), e Hanlon, Maydew e Shevlin (2008), sustentam que quanto maior fosse a BTC, maior seria a perda da capacidade informacional, ou da qualidade do lucro, em prejuízo do investidor. Nessa linha, uma maior conformidade prejudicaria os investidores que não teriam acesso a informações úteis para decisões sobre alocação de capitais.

Em resposta a esta discussão teórica, a pesquisa empírica em ciências contábeis, na linha do estudo dos tributos e suas conexões com a informação divulgada, vem reconhecendo a importância de se estudar quantitativamente a relação entre a Book-Tax Conformity (BTC) e proxies da qualidade do lucro para melhor compreender como os arranjos institucionais de cada país sobre normas contábeis tributárias repercutem sobre a qualidade da informação contábil. Porém, os resultados não são alinhados em favor de nenhuma das duas correntes.

Atwood, Drake e Myers (2010) mostraram uma relação negativa entre conformidade e persistência, indicando que o aumento de conformidade contábil tributária leva a uma menor persistência dos lucros e a uma menor associação entre os lucros correntes e os fluxos de caixa futuros, resultando em menor qualidade das informações contábeis. Neste mesmo sentido, os achados de Blaylock, Gaertner e Shevlin (2015) identificaram que altos níveis de BTC não

estão associados a menos gerenciamento de resultados, pois seus resultados indicaram que existiria mais gerenciamento de resultados em firmas de países que apresentavam maiores índices de conformidade.

Porém, Watrin, Ebert e Thomsem (2014) encontraram que nos sistemas com menor conformidade, há mais chances de gerenciamento dos lucros para cima, o que prejudicaria a qualidade da informação contábil. Ainda nesta linha de resultados empíricos, Atwood et al. (2012) e Tang (2015) verificaram que altos índices de book-tax conformity estão relacionados com menores práticas de gerenciamento de resultados e de agressividade tributária.

Observou-se que existe uma lacuna para a adição de outros elementos que possam tentar contribuir para algum direcionamento desta discussão. Ou seja, é possível que existam elementos não considerados nas pesquisas na relação entre BTC e qualidade das informações contábeis. É neste sentido que se propõe o presente estudo, que utiliza a persistência do lucro como proxy da qualidade das informações contábeis, assim como Atwood, Drake e Myers (2010).

Conforme ensinam Dechow, Ge e Schrand (2010), entidades que apresentam persistência em seus resultados fornecem aos investidores informações mais qualificadas acerca dos fluxos de caixa futuro. Resultados persistentes, de acordo com Francis, La Fond, Olsson e Shipper (2004), indicam uma maior previsibilidade acerca dos lucros, o que contribui para a redução de riscos nos processos de avaliação.

A persistência do lucro pode ser afetada por diversos fatores, entre os quais o gerenciamento de resultados e a agressividade tributária. Não obstante o gerenciamento de resultados também ser uma proxy para a qualidade da informação, há pesquisas que investigam a relação entre as práticas de gerenciamento de resultados e a persistência do lucro. Estudos anteriores, tais como Dechow e Dichev (2002), Rajgopal e Venkatachalam (2011), Reis, Brunozi Jr. e Lima (2018) e Li (2019) revelam que práticas discricionárias de gerenciamento de resultados podem impactar negativamente a persistência do lucro. Tratando-se do efeito da agressividade tributária, os estudos de Hanlon (2005), Tang e Firth (2011), Martinez e Passamani (2014) e Brunozi Júnior, Kronbauer, Alves e Martinez (2019) mostram impactos negativos. Já o estudo de Blaylock, Shevlin e Wilson (2011) revela impactos positivos das práticas discricionárias de agressividade tributária sobre a persistência do lucro.

Logo, diante dos estudos relatados, se maiores níveis de conformidade podem impactar positivamente a persistência do lucro, este impacto poderia ser menor em ambientes de maiores níveis de gerenciamento de resultados e poderia ser maior ou menor em ambientes de maiores níveis de agressividade tributária. Por outro lado, se menores níveis de conformidade podem impactar positivamente a persistência do lucro, este impacto poderia ser menor em ambientes de maiores níveis de gerenciamento de resultados e poderia ser maior ou menor em ambientes de maiores níveis de agressividade tributária.

Em resumo, os resultados de estudos empíricos mostram que: a) a conformidade contábil tributária pode beneficiar ou prejudicar a qualidade do lucro; b) ações discricionárias de gerenciamento de resultados comprometem a qualidade do lucro; e c) ações discricionárias de agressividade tributária podem

beneficiar ou prejudicar a qualidade do lucro. Esses resultados suscitam por novas indagações, pois os resultados inconsistentes da relação entre conformidade e persistência pode ter origem na desconsideração dos demais incentivos, não controlados pela BTC, para ações discricionárias de gerenciamento de resultados e/ou agressividade tributária.

A motivação para a realização da presente pesquisa é a percepção, apoiada nos diferentes estudos relatados sobre as relações possíveis entre BTC e persistência do lucro e entre ações oportunísticas e persistência do lucro, de que práticas agressivas de redução da carga tributária e ações discricionárias de gerenciamento de resultados produzem efeitos ainda não totalmente avaliados sobre a relação entre o ambiente contábil tributário e a qualidade da informação contábil.

Ou seja, é possível que efeitos de ações discricionárias, ainda não devidamente estudadas, na relação entre BTC e persistência do lucro, sobre as bases tributáveis ou sobre os resultados contábeis atuem de forma diferente nessa relação. Esse possível efeito de uma terceira variável, no caso, níveis de EM ou de TAG, sobre a relação entre a BTC e a persistência do lucro pode ser testada pelo efeito moderador. Neste sentido, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa a ser respondida pelo presente estudo: qual o efeito dos níveis de gerenciamento de resultados e de agressividade tributária sobre a relação entre BTC e persistência do lucro?

Logo, o presente estudo tem como objetivo analisar o efeito moderador dos níveis de gerenciamento de resultados (EM) e de agressividade tributária (TAG) das empresas na relação entre a BTC e a persistência do lucro. Ou seja, procura-se verificar como os níveis médios de EM e de TAG das empresas de um determinado ambiente jurídico-institucional (país) podem interferir na relação entre a BTC e a persistência do lucro neste mesmo ambiente.

O estudo foi realizado a partir de testes estatísticos de regressão múltipla em painel não balanceado de empresas por país-ano envolvendo 35 países, dado que a BTC é uma variável medida por jurisdição (país). Os resultados mostraram que tanto as práticas de gerenciamento de resultados quanto as de agressividade tributária quando interagem com a BTC influenciam negativamente a persistência do lucro.

Assim, a principal contribuição do presente estudo é a indicação de que há riscos não desprezíveis de se aumentar o nível de alinhamento entre os resultados contábeis e as bases tributáveis, dado que níveis elevados de gerenciamento de resultados ou de agressividade tributária, comprometem a persistência em ambientes de maior conformidade. Nesse sentido, os resultados do presente estudo podem contribuir para investidores, reguladores e governos, na medida em que traz novas evidências sobre a relação entre a conformidade contábil tributária e a persistência do lucro em ambientes de maior ou menor incidência de práticas discricionárias de gerenciamento de resultados e/ou agressividade tributária. No caso dos investidores, pode trazer um melhor entendimento das dinâmicas do ambiente sobre a persistência do lucro. No caso de reguladores, pode gerar uma visão melhor das interferências combinadas do ambiente jurídico-institucional e das práticas discricionárias sobre a qualidade das informações contábeis. Por fim, em relação ao governo, pode melhorar a visão

sobre os impactos das decisões fiscais de maior ou menor conformidade contábil tributária.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Dechow et al. (2010), entidades que apresentam persistência em seus resultados fornecem informações mais qualificadas acerca dos fluxos de caixa futuro. A informação derivada de entidades que produzem lucros persistentes possui maior qualidade para a avaliação de fluxos de caixas futuros do que outras entidades que não apresentem lucros persistentes (Kolozsvari & Macedo, 2016). Uma maior persistência assinala que há maior previsibilidade ou sustentabilidade dos lucros. A maior previsibilidade reduz os riscos o que leva a valorização dos ativos (Francis, et al., 2004). Considerando tais atributos, a persistência do lucro foi escolhida como variável dependente neste trabalho.

Uma série de estudos empíricos, discutidos a seguir, foram desenvolvidos tentando analisar a relação entre conformidade contábil tributária (BTC) e a qualidade das informações contábeis. Ali e Hwang (2000) observaram uma relação negativa entre a BTC e a relevância das informações contábeis. Burgstahler et al. (2006) observaram que uma maior BTC está relacionada com mais gerenciamento de resultados em empresas de capital fechado, enquanto empresas de capital aberto teriam menos gerenciamento.

Os resultados de Atwood et al. (2010) mostram que altos níveis de BTC prejudicam a persistência do lucro e sua capacidade de estimar o fluxo de caixa futuro. Blaylock et al. (2015) encontraram evidências de aumento do gerenciamento em países com maiores índices de conformidade entre o lucro contábil e o lucro fiscal. Até aqui resultados em desfavor de uma maior conformidade.

Já, Atwood et al. (2012) observaram que em baixos níveis de conformidade, há aumento de ações tributárias mais agressivas, ou seja, os resultados mostraram que as entidades realizam menos ações tributárias agressivas quando há maior conformidade contábil tributária. Watrin et al. (2014) analisaram a relação entre book-tax conformity e o gerenciamento de resultados e observaram que as empresas em ambiente de maior conformidade apresentaram um nível maior de gerenciamento de resultados para diminuir os lucros nas demonstrações consolidadas do que as empresas em países de menor conformidade. Um resultado que advoga pelo aumento da conformidade contábil tributária. Embora a pesquisa tenha identificado uma maior prática de gerenciamento de resultados nos ambientes de maior conformidade, esse gerenciamento é no sentido de diminuição dos lucros.

Tang (2015) encontrou uma relação inversa entre práticas agressivas e a BTC, ou seja, altos índices de book-tax conformity estão relacionados com menores práticas de gerenciamento de resultados e de agressividade tributária.

Por um lado, o trabalho de Tang (2015) confirma os achados de Atwood et al. (2012) e estão em linha com as predições de Desai (2005) e de Watrin et al. (2014), mostrando que uma maior conformidade contábil tributária impacta positivamente a qualidade das informações contábeis. Entretanto, não se pode

descartar os achados de Atwood et al. (2010) e Blaylock et al. (2015), que encontraram uma relação inversa entre a conformidade e a qualidade das informações contábeis.

Outros estudos procuraram contribuir com esta discussão. Segundo a meta-análise realizada por Evers et al. (2016), haveria uma relação negativa entre book-tax conformity e as práticas de gerenciamento de resultados e de agressividade tributária. Braga (2017) observou que após a adoção das IFRS o tax avoidance aumentou mais nas entidades dos países com mais conformidade do que naquelas situadas em países de baixa conformidade contábil tributária.

No que diz respeito a relação entre gerenciamento de resultados e persistência do lucro, Dechow e Dichev (2002) demonstraram que grandes níveis de gerenciamento de resultados por accruals estão associados com uma menor persistência do lucro. Rajgopal e Venkatachalam (2011) verificaram uma associação entre o gerenciamento de resultados e a deterioração na qualidade da informação contábil no tempo. Reis et al. (2018) encontraram uma relação negativa entre práticas de gerenciamento de resultados por accruals discricionários e a persistência do lucro. E, por fim, Li (2019) confirmou a hipótese de que há uma relação inversa entre o gerenciamento de resultados operacionais (real earnings management) e a persistência do lucro. Em todos os estudos relatados o gerenciamento de resultados tem um impacto negativo na qualidade da informação contábil e especificamente na persistência do lucro.

No que diz respeito a relação entre agressividade tributária e persistência do lucro, há duas correntes: (i) os que encontraram impactos negativos (em linha com os resultados encontrados para o gerenciamento de resultados) e (ii) os que encontraram impactos positivos.

Hanlon (2005) e Martinez e Passamani (2014), para empresas com grande BTD – Book Tax Difference, e Tang e Firth (2011) e Brunozi Júnior et al. (2019), para empresas com grande ABTD – Abnormal Book Tax Difference, confirmaram a hipótese de que estas apresentam menor persistência do lucro, sinalizando prejuízo da agressividade tributária à qualidade da informação contábil.

Já o trabalho de Blaylock et al. (2011) indica que as ações tributárias agressivas capturadas na BTD conduzem a uma relação positiva com a persistência do lucro. Porém, os autores destacam que isso só se confirma quando a diferença capturada por uma grande BTD advém da redução do lucro tributável, pois quando esta diferença advém do aumento do lucro contábil, o efeito encontrado é negativo.

Percebe-se uma incerteza acerca de qual é o efeito da agressividade tributária sobre a persistência do lucro, visto que a principal proxy utilizada (a BTD) ser oriunda de práticas de agressividade tributária (redução da base tributária) e/ou de práticas de gerenciamento de resultados (aumento do lucro contábil). Neste sentido, práticas tributárias agressivas podem estar associadas a gerenciamento de resultados que podem prejudicar a qualidade da informação (Desai & Darmaphala, 2009; Frank et al., 2009).

Neste sentido, os modelos que avaliaram a relação entre BTC e qualidade da informação podem não ter enfrentado adequadamente parte da

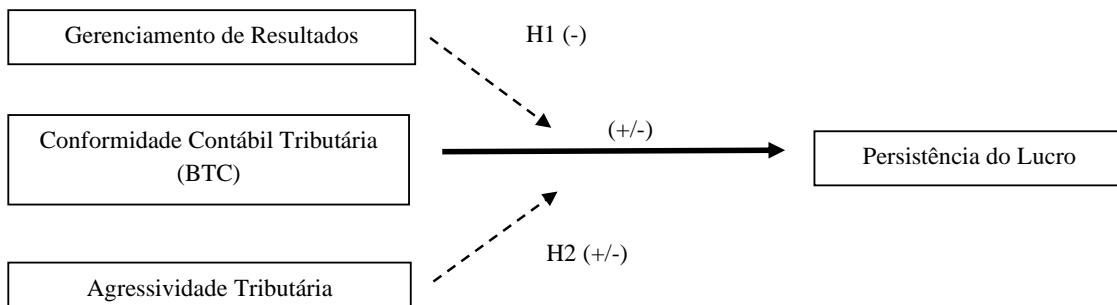
complexidade inherente às ações gerenciamento de resultados e agressividade tributária. Uma vez que as práticas de gerenciamento de resultados e/ou de agressividade tributária podem influir na persistência do lucro, é possível inferir que tais ações discricionárias podem modificar a relação entre o ambiente contábil tributário (BTC) e a persistência do lucro. De acordo com Baron e Kenny (1986), uma moderadora é uma terceira variável que afeta a correlação entre duas variáveis, podendo alterar a força ou sentido da relação entre uma variável dependente e outra independente. Assim, o presente estudo avança no sentido de buscar elucidar os efeitos dos níveis de incentivos às ações discricionárias de gerenciamento de resultados e agressividade tributária sobre a relação entre BTC e persistência do lucro.

Observar a persistência e sua relação com a BTC sem incorporar as dimensões dessas ações oportunísticas restringe a compreensão dos variados efeitos que atuam nessa arquitetura de incentivos e restrições.

Assim, a relação entre BTC e persistência será analisada em conjunto com os possíveis efeitos moderadores de práticas de EM e TAG. Dessa forma, formulam-se as seguintes hipóteses a serem testadas no presente estudo:

H1: O nível de gerenciamento de resultados das empresas em um determinado ambiente jurídico-institucional (país) modera, afetando negativamente, a relação entre conformidade contábil tributária (BTC) e persistência do lucro neste mesmo ambiente.

H2: O nível de agressividade tributária das empresas em um determinado ambiente jurídico-institucional (país) modera a relação entre conformidade contábil tributária (BTC) e persistência do lucro neste mesmo ambiente. Para ilustrar a proposta do presente estudo apresenta-se a Figura 1:



**Figura 1** – Desenho da Pesquisa

Fonte: Elaborada pelos autores.

Independentemente do efeito da BTC sobre a persistência, espera-se que um ambiente de maior gerenciamento de resultados irá fazer com que o eventual efeito positivo seja reduzido ou o eventual efeito negativo seja aumentado. Por isso, H1 apresenta a expectativa de um efeito moderador negativo do gerenciamento de resultados sobre a relação entre BTC e persistência do lucro. Isso se explica, em linha com os estudos de Dechow e Dichev (2002), Desai (2005) e Whitaker (2005), por conta do efeito negativo que o EM tem sobre a persistência e por conta da expectativa de baixo (alto) EM em ambientes de alta (baixa) BTC.

Em função da inconsistência dos resultados do efeito (positivo ou negativo) da agressividade tributária sobre a persistência do lucro, não é possível determinar qual será o sentido do efeito moderador da agressividade tributária em H2.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar o efeito moderador previsto nas hipóteses, utilizou-se dados de empresas não financeiras de 35 países, do período 2010-2020, coletados da base Refinity Thomson Reuters®. Estes eram os dados mais atuais disponíveis no momento da coleta de dados. A exclusão de empresas financeiras se justifica por conta de suas especificidades contábeis e tributárias.

Foram empregadas regressões, com painéis não balanceados, de forma a contemplar a relação entre a BTC e a persistência e os efeitos moderadores do gerenciamento de resultados e da agressividade tributária. Os modelos foram aplicados em uma base contendo as variáveis apuradas por país-ano, seguindo modelagem aplicada por Leuz et al. (2003), Blaylock et al. (2015) e Tang (2015). De acordo com Tang (2015), uma metodologia que analisasse os dados agregados por empresa-ano, como no trabalho de Atwood et al. (2010), poderia superestimar os níveis de significância, pois apresentaria erros decorrentes de relações entre variáveis de dimensões distintas e, portanto, com variâncias teoricamente discrepantes.

#### 3.1 Especificação das Variáveis e Modelos dos Testes

A variável dependente persistência do lucro (EP), correspondente à persistência do lucro foi apurada a partir do coeficiente  $\beta_1$  do modelo auto regressivo geral de persistência (Dechow, et al., 2010), conforme empregado por Francis et al. (2004), Barton et al. (2010) e Canina e Potter (2019):

$$L_{t+1} = \beta_0 + \beta_1 L_t + e_t \quad \text{Eq. (1)}$$

Onde:

L: Lucro Líquido escalonado pelas ações em circulação

Os valores de  $\beta_1$  (EP) mais elevados indicam que há alta persistência do lucro em relação ao lucro defasado. Já os menores valores, apontam para baixa persistência do lucro. A partir da base de dados de cada país foram estimadas  $t$  regressões da Equação 1, sendo  $t$  correspondente a cada um dos anos da amostra. Ou seja,  $t$  regressões para os 35 países. Para cada país foram gravados os coeficientes estimados  $\beta_1$  do modelo geral de persistência correspondentes a cada um dos anos da amostra para a composição da base de testes por país ano.

A BTC foi estimada de acordo com o modelo de Atwood et al. (2010). A variável BTC é formada por um índice resultante da parcela não explicada da regressão entre a despesa corrente com tributos sobre o lucro e o lucro antes da tributação:

$$CTEt = \theta_0 + \theta_1 PTBI_t + \theta_2 DIV_t + \epsilon_t \quad \text{Eq. (2)}$$

Onde,

CTE: Despesa corrente com tributos sobre o lucro

PTBI: Lucro antes dos tributos

DIV: Dividendos

O modelo foi estimado de forma a se apurar a raiz do erro quadrático médio, ou root mean-square error (RMSE) por país ano. Ou seja, foram efetuadas  $t$  regressões em cada um dos países sob estudo, sendo  $t$  o número de anos que compõe a amostra. Os RMSE de cada país foram tabulados e classificados em ordem decrescente por ano. O maior valor de cada corte transversal anual de RMSE por país recebeu o valor 0 e os demais, na ordem decrescente foram divididos por  $n-1$ , sendo  $n$  o número de países pertencentes à série. Dessa forma, a variável BTC varia, entre os países e em cada ano, de 0 (baixa conformidade) até 1 (alta conformidade).

Os construtos de gerenciamento de resultados e de agressividade tributária foram obtidos a partir de índices decorrentes de diferente modelos e ranqueados em cada país-ano, consistente com a especificação da variável BTC.

O construto de gerenciamento de resultados (EM) foi calculado a partir de quatro diferentes modelagens de forma a capturar especificações de gerenciamento que não se sobreponham uns aos outros. As medidas de EM foram especificadas seguindo a estrutura adotada por Leuz et al. (2003), Blaylock et al. (2015) e Tang (2015). Ou seja, a partir dos modelos eleitos, foram elaboradas variáveis por país/ano para cada uma das medidas.

A primeira medida de gerenciamento de resultados (EM1) foi obtida pelos accruals discricionários do modelo de Dechow et al. (1995), modificado por Kothari et al. (2005):

$$\text{TACC}_{it} / \text{TA}_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{1}{\text{TA}_{i,t-1}} + \alpha_2 (\Delta \text{REV} - \Delta \text{AR})_{i,t} / \text{TA}_{i,t-1} + \alpha_3 \text{PPE}_{i,t} / \text{TA}_{i,t-1} + \alpha_4 \text{ROA}_{i,t} + \epsilon_{i,t} \quad \text{Eq.(3)}$$

Onde,

TACC = LL – CFO, sendo LL Lucro Líquido e CFO, Fluxo de Caixa Operacional.

TA = Ativo Total

$\Delta \text{REV}$  = Variação da Receita

$\Delta \text{AR}$  = Variação dos Recebíveis

PPE = Imobilizado e Intangível do Período

ROA= Retorno sobre Ativo

$$\varepsilon = \text{accruals discricionários} = \text{EM1}$$

A segunda medida para compor o construto de gerenciamento de resultados, (EM2), é obtido pelo modelo de Pae (2005), sendo todas as variáveis são divididas pelo Ativo Total defasado:

$$\frac{\text{TACC}_{i,t}/\text{TA}_{i,t-1}}{\text{TA}_{i,t-1}} = \beta_0(1/\text{TA}_{t-1}) + \beta_{1i}(\Delta\text{REV}_{i,t})/\text{TA}_{i,t-1} + \beta_{2i}\text{PPE}_{i,t}/\text{TA}_{i,t-1} + \beta_{3i}\text{CFO}_{i,t}/\text{TA}_{i,t-1} + \beta_{4i}\text{CFO}_{i,t-1}/\text{TA}_{i,t-1} + \beta_{5i}\text{TACC}_{i,t-1}/\text{TA}_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t} \quad \text{Eq. (4)}$$

Onde,

CFO= Fluxo de Caixa Operacional

$$\varepsilon = \text{accruals discricionários} = \text{EM2}$$

O EM3 será obtido pelos accruals discricionários obtidos conforme Dechow e Dichev (2002), modificado por Francis et al. (2005), sendo todas as variáveis escalonadas pelo ativo total médio:

$$\frac{\text{TACC}_{it}}{\text{AvgTA}_{i,t}} = \alpha_0 + \frac{\alpha_1\text{CFO}_{i,t-1}}{\text{AvgTA}_{i,t}} + \frac{\alpha_2\text{CFO}_{i,t}}{\text{AvgTA}_{i,t}} + \frac{\alpha_3\text{CFO}_{i,t+1}}{\text{AvgTA}_{i,t}} + \frac{\alpha_4\Delta\text{REV}_{i,t}}{\text{AvgTA}_{i,t}} + \alpha_5\text{PPE}_{i,t}/\text{AvgTA}_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad \text{Eq. (5)}$$

Onde,

$$\varepsilon = \text{accruals discricionários} = \text{EM3}$$

A quarta medida de gerenciamento de resultados EM4 é adaptada do estudo de Dechow et al. (2012), conforme aplicado por Martins et al. (2016), com as variáveis escalonadas pelo ativo total defasado.

$$\text{TACC}_t/\text{TA}_{i,t-1} = \alpha_1 + \alpha_2 \left( \frac{1}{\text{TA}_{i,t-1}} \right) + \alpha_3(\Delta\text{REV}_t - \Delta\text{AR}_t)/\text{TA}_{i,t-1} + \alpha_4\text{PPE}/\text{TA}_{i,t-1} + \alpha_5\text{TACC}_{t-1}/\text{TA}_{i,t-1} + \varepsilon_t \quad \text{Eq. (6)}$$

Onde,

$$\varepsilon = \text{accruals discricionários} = \text{EM4}$$

As quatro variáveis são formadas pelas médias anuais dos resíduos absolutos de cada um dos modelos de EM estimados em cortes transversais, controladas por setor econômico, de cada país pertencente à amostra. As médias absolutas, por ano, dos resíduos das regressões de cada um dos modelos por país, foram classificadas em cada ano, de forma que os maiores valores absolutos indicam maiores práticas de gerenciamento de resultados.

As variáveis de agressividade tributária foram especificadas conforme fórmulas aplicadas por Atwood et al. (2012), Tang (2015), e Braga (2017).

A primeira é TAG(a), adaptado de Atwood et al. (2012) expresso pela equação:

$$TAG_{(a)it} = \frac{[\sum_{t=2}^t (PTBI \times \tau_{i,t}) - \sum_{t=2}^t CTE_{it}]}{\sum_{t=2}^t PTBI_{i,t}} \quad \text{Eq. (7)}$$

Onde,

TAG(a): medida de tax aggressiveness

PTBI: lucro antes dos tributos e antes de itens excepcionais;

$\tau$ : alíquota do tributo sobre o lucro do país;

CTE: despesa com tributo corrente

Essa primeira medida requer uma janela de três anos de dados, de forma a aprimorar a mensuração reduzindo erros decorrentes de reversões em apenas um período (Atwood et al., 2012; Braga, 2017). No lugar da despesa corrente com tributos deduzida da variação de tributos a pagar, foi especificada somente a despesa de tributos correntes. Se há presença de ações agressivas, a despesa com tributos correntes tende para zero. Assim, quanto maior o valor de TAG(a), maior é o grau de agressividade tributária.

A segunda medida, TAG(b), é calculada pela diferença entre a alíquota nominal do tributo de cada jurisdição ( $\tau$ ) e a despesa corrente com tributos sobre o lucro (CTE) dividida pelo fluxo de caixa operacional (CFO):

$$TAG_{(b)it} = \tau_{i,t} - \frac{CTE_{it}}{CFO_{i,t}} \quad \text{Eq. (8)}$$

Já a terceira medida de agressividade tributária, TAG(c) é obtida pela diferença entre a alíquota nominal do tributo de cada jurisdição (STR ou  $\tau$ ) e a despesa corrente com tributos sobre o lucro (CTE) dividida pelo lucro antes dos tributos PTBI:

$$TAG_{(c)it} = \tau_{i,t} - \frac{CTE_{it}}{PTBI_{i,t}} \quad \text{Eq. (9)}$$

As médias anuais por país foram tabuladas e compõem as variáveis TAG(a), TAG(b) e TAG(c) por país ano, seguindo procedimento adotado por Tang (2015). Maiores valores de cada uma das variáveis correspondem a uma maior prática de agressividade tributária.

Considerando as influências do ambiente institucional, além das variáveis principais acima elencadas são agregadas aos modelos de análise medidas de controle relativas a índices que representem fatores institucionais conforme também aplicado em estudos anteriores (La Porta et al., 1998; Leuz, et al., 2003; Atwood, et al., 2010; Blaylock, et al., 2015; Tang, 2015). Assim, foram agregados

indicadores relativos a: a) origem legal (common law ou code law); LEG; b) direitos dos investidores, INVR; c) um indicador geral de governança, o WGI (World Global Index); elaborado por Kaufmann et al. (2011) e divulgado e atualizado pelo Banco Mundial, que compreende um indicador agregado de seis dimensões representativas de governança coletados de mais de 200 países: i) participação democrática no governo, liberdade de expressão e accountability; ii) estabilidade política e ausência de terrorismo e violência; iii) efetividade do serviço público provido pelos governos; iv) qualidade regulatória; v) estado de direito (rule of law); e vi) controle da corrupção.

A Figura 2 relaciona as variáveis presentes nos testes das hipóteses.

Sigla	Descrição das variáveis
EP	Variável Dependente: Coeficiente $\beta_1$ do modelo geral de persistência
BTC	Book-tax conformity - Valores de 0 a 1 por país-ano
EM1	resíduo equação 3 Modelo Dechow et al (1995) e Kothari et al (2005)
EM2	resíduo equação 4 Modelo Pae (2005)
EM3	resíduo equação 5 Dechow e Dichev (2002), modificado por Francis et al. (2005)
EM4	resíduo equação 6 adaptado de Dechow et al. (2012) por Martins et al (2016)
TAGa	equação 7
TAGb	equação 8
TAGc	equação 9
WGI	Média dos 6 indicadores do World Global Data
INVR	Direito dos Investidores, varia de 1 a 5
LEG	Origem Legal (1 = Common Law; 0 = Demais)

**Figura 2** – Descrição das variáveis

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota: Nos modelos apresentados a seguir as variáveis de controle WGI, INVR e LEG aparecem como  $\Sigma IF$ , correspondente ao conjunto de variáveis institucionais.

Definidas as variáveis para os modelos de análise, apresentam-se os modelos de regressão que foram aplicados para avaliar as hipóteses.

Em um primeiro passo, foi testado se BTC afeta a persistência do lucro e qual o impacto para o conjunto de dados analisados. Esta representa uma pré-análise, pois sem existir esta relação não faria sentido dar continuidade à análise do efeito moderador do gerenciamento de resultados e da agressividade tributária sobre uma relação inexistente.

$$EP_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 BTC_{i,t} + \beta_2 \Sigma IF_{i,t} + e_{i,t} \quad Eq. (10)$$

Como não se tem o sentido do impacto da BTC sobre a persistência do lucro, não há um sinal esperado para  $\beta_1$ . Se os resultados se alinharem aos achados de Atwood et al. (2012), Watrin et al. (2014) e Tang (2015) tem-se um sinal

positivo, mas se alinharem aos achados de Ali e Hwang (2000), Burgstahler et al. (2006), Atwood et al. (2010) e Blaylock et al. (2015) tem-se um sinal negativo.

A primeira hipótese de pesquisa (H1) foi testada com a estimativa de um modelo em que a variável gerenciamento de resultados (EM) foi incluída como possível moderadora da relação entre BTC e EP. Neste modelo (Eq. 11), o EM é incluído na equação de forma isolada e interagindo com a variável independente BTC.

$$EP_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 BTC_{i,t} + \beta_2 EM_{i,t} + \beta_3 EM_{i,t} * BTC_{i,t} + \beta_4 \Sigma IF_{i,t} + e_{i,t} \quad Eq. (11)$$

Assim como na equação 10, é esperado que  $\beta_1$  seja significativo, mas sem um sinal definido. Para confirmar a hipótese H1, é esperado que o coeficiente  $\beta_3$  seja significativo e com sinal negativo. Caso apresente um sinal contrário ao  $\beta_1$ , ou seja,  $\beta_1$  tenha sinal positivo, a sinalização é que há um efeito moderador que amortece/reduz o efeito positivo provocado pela BTC na persistência do lucro. Já, se o sinal  $\beta_1$  for negativo, o efeito moderador será o de intensificar o impacto negativo da BTC sobre a persistência do lucro.

Em seguida serão realizados os testes com as variáveis de agressividade tributária, de forma a testar a segunda hipótese (H2).

$$EP_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 BTC_{i,t} + \beta_2 TAG_{i,t} + \beta_3 TAG_{i,t} * BTC_{i,t} + \beta_4 \Sigma IF_{i,t} + e_{i,t} \quad Eq. (12)$$

Em relação à TAG, em razão dos resultados dissonantes apresentados anteriormente, não há como especificar previamente um sinal para  $\beta_3$  da Eq. (12). Para confirmar H2, espera-se que  $\beta_3$  seja significativo. São quatro os resultados possíveis, caso  $\beta_1$  e  $\beta_3$  sejam significativos: (i) se  $\beta_1$  e  $\beta_3$  forem positivos, uma maior agressividade tributária reforça o efeito positivo da BTC sobre a persistência do lucro; (ii) se  $\beta_1$  e  $\beta_3$  forem negativos, uma maior agressividade tributária reforça o efeito negativo da BTC sobre a persistência do lucro; (iii) se  $\beta_1$  for positivo e  $\beta_3$  for negativo, uma maior agressividade tributária amortece/reduz o efeito positivo provocado pela BTC na persistência do lucro; e (iv) se  $\beta_1$  for negativo e  $\beta_3$  for positivo, uma maior agressividade tributária amortece/reduz o efeito negativo provocado pela BTC na persistência do lucro.

### 3.2 Coleta de Dados

Para a coleta padronizada foi utilizada como moeda padrão o dólar norte-americano e foi aplicado o filtro para selecionar demonstrações contábeis consolidadas de empresas não financeiras matriz, com capital negociado em bolsas, localizadas em determinada região e país. A ausência de empresas do setor financeiro justifica-se pela peculiaridade do sistema contábil de tais entidades para os quais os modelos de gerenciamento de resultados aqui aplicados não seriam adequados. Além disso, seguindo as indicações de Atwood et al. (2010), as variáveis foram winsorizadas a 1% por país.

Os dados das alíquotas de imposto corporativo sobre o lucro, coletadas na base da Tax Foundation (<https://taxfoundation.org/corporate-tax-rates-around-the-world-2020/>), foram adicionadas aos arquivos de cada país, antes da rotina para cálculo das variáveis, e empregadas no cálculo das variáveis de agressividade tributária TAGa, TAGb e TAGc conforme as fórmulas descritas na seção 3.1.

Na estimação da BTC foram aplicados os mesmos critérios empregados por Atwood et al. (2010) e Braga (2017). A BTC foi estimada por país-ano de um painel não balanceado contendo 165.370 observações empresas/ano cobrindo o período de 2008 a 2020.

As apurações das variáveis de EM foram gravadas a partir dos valores absolutos dos resíduos das equações correspondentes aos quatro modelos descritos na seção 3.1 (equações 3 a 6).

A variável WGI foi apurada a partir da média dos seis fatores presentes no banco de dados elaborado por Kaufmann et al. (2011). As variáveis correspondentes ao índice de proteção aos investidores, INVR; e à origem legal, common law ou civil law, LEG, foram coletadas nas tabelas existentes nos estudos de La Porta et al. (1998); Leuz et al. (2003); Atwood et al. (2010); Blaylock et al. (2015); e Tang (2015). A amostra não aleatória, em que foram realizados os testes de hipóteses, após eliminações das observações faltantes, compreende o período de 2010 a 2020, por conta das defasagens e janelas incluídas nos cálculos das variáveis, para 35 países e alcança 319 observações país-ano.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Resultados dos Testes

O primeiro passo dos testes foi verificar a relação entre BTC e persistência do lucro. Os resultados da Tabela 1 mostram que a variável BTC se mostra significativa ( $p$ -valor < 1%) e com sinal positivo, indicando que maiores níveis de conformidade contábil tributária explicam maiores persistências do lucro. Esta primeira sinalização é uma indicação contrária ao achado de Atwood et al. (2010).

**Tabela 1**  
Relação entre BTC e EP

$EP_i = \beta_0 + \beta_1 BTC_i + \sum IF + e_t$	
Variáveis Independentes	
Constante	0.737007*** (0.042)
BTC	0.085547*** (0.0298)
WGI	-0.059805*** (0.010)
INVR	-0.005208 (0.010)
LEG	-0.065550*** (0.021)
R <sup>2</sup> ajustado	0.184

p-valor Teste F	< 0,000001
Maior VIF	1,54

Nota: Significância: \*\*\* 1%, \*\*5% e \*10%. 319 observações país-ano. Não há problemas de normalidade e de heterocedasticidade dos resíduos. EP é uma proxy para persistência dos lucros e corresponde ao  $\beta_1$  do modelo geral autoregressivo (Dechow, Ge, & Schrand, 2010); BTC Book-tax conformity foi estimada conforme modelo de Atwood, Drake, and Myers (2010) e varia de 0 to 1 por país-ano; World Governance Index WGI corresponde à média de seis fatores elaborados por Kaufmann, Kraay, and Mastruzzi (2011); INVR corresponde a direitos dos investidores e varia de 1 a 5; Origem Legal LEG (1 = Common Law; 0 = Demais).  
Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 2 apresenta os resultados da relação entre BTC e persistência do lucro moderada pelo gerenciamento de resultados (EM1, EM2, EM3 e EM4). Da mesma forma que na estimação anterior (Tabela 1), a BTC apresenta coeficiente positivo e significativo (p-valor < 1%) nas quatro estimações. Isso confirma e mostra consistência dos achados de que maiores níveis de conformidade estão relacionados a maiores níveis de persistência do lucro.

Todas as proxies de gerenciamento de resultados não apresentam significância estatística em seus coeficientes. Testes de regressão não tabulados apenas entre as medidas de gerenciamento e a persistência do lucro, revelam uma relação negativa e significativa para todas as medidas (EM1, EM2, EM3 e EM4). Isso pode indicar que quando se considera o ambiente jurídico-institucional, por meio da conformidade contábil tributária (BTC), a análise do impacto isolado do gerenciamento de resultados sobre a persistência perde o sentido.

Já o teste do efeito moderador, pelas interações entre BTC e as medidas de EM (coeficientes  $\beta_3$  em cada regressão), mostra um efeito negativo e significativo (p-valor < 1% nas quatro estimações) sobre a persistência, indicando que maiores níveis de gerenciamento de resultado reduzem e até anulam os efeitos positivos da BTC sobre a persistência.

Isso mostra que um ambiente em que as empresas adotem medidas discricionárias de gerenciamento de resultados é prejudicial ao efeito da conformidade contábil tributária sobre a persistência do lucro. Tem-se, então, a não rejeição de H1.

**Tabela 2**

Relação entre BTC e EP com interação entre BTC e EM

$EP_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 BTC_{i,t} + \beta_2 EM_{i,t} + \beta_3 EM_{i,t} * BTC_{i,t} + \Sigma \beta_i IF_{i,t} + e_{i,t}$		<b>EM1</b>	<b>EM2</b>	<b>EM3</b>	<b>EM4</b>
<b>Variáveis Independentes</b>					
PAINEL A (coeficientes)					
Constante	0.7578 *** (0.044)	0.7416 *** (0.044)	0.7537*** (0.046)	0.7510*** (0.044)	
EM1	-0.0563 (0.145)				
EM2		0.0379 (0.061)			
EM3				-0.1515 (0.132)	
EM4					-0.0053 (0.128)

BTC	0.2100*** (0.062)	0.2109*** (0.043)	0.2519*** (0.057)	0.1858*** (0.059)
EM1*BTC	-2.5587*** (0.941)			
EM2*BTC		-3.6303*** (0.839)		
EM3*BTC			-4.7353*** (1.232)	
EM4*BTC				-2.0917** (0.871)
WGI	-0.0641 *** (0.011)	-0.0510*** (0.010)	-0.0510*** (0.010)	-0.0617*** (0.011)
INVR	-0.0070 (0.010)	-0.0055 (0.010)	-0.0041 (0.010)	-0.0055 (0.010)
LEG	-0.0420 * (0.022)	-0.0410** (0.020)	-0.0273 (0.021)	-0.0459** (0.022)

**PAINEL B**

R <sup>2</sup> ajustado	0.2022	0.2265	0.2373	0.1977
p-valor Teste F	< 0,000001	< 0,000001	< 0,000001	< 0,000001
Maior VIF / GVIF	5.36 / 1.77	2.92 / 1.68	4.32 / 1.79	3.52 / 1.75

Nota: Significância: \*\*\* 1%, \*\*5% e \*10%.319 observações país-ano. Pressuposto normalidade relaxado em virtude do teorema do limite central (Brooks, 2019). EP é uma proxy para persistência dos lucros e corresponde ao  $\beta_1$  do modelo geral autoregressivo (Dechow, Ge, & Schrand, 2010); BTC Book-tax conformity foi estimada conforme modelo de Atwood, Drake, and Myers (2010) e varia de 0 to 1 por país-ano; EM1 é a média anual do resíduo absoluto do modelo de Dechow et al (1995) e Kothari et al (2005); EM2 é média anual do modelo de resíduos absolutos de Pae (2005); EM3 é a média anual do resíduo absoluto do modelo de Dechow e Dichev (2002), modificado por Francis et al. (2005); EM4 é a média anual do resíduo absoluto do modelo adaptado de Dechow et al. (2012); World Governance Index WGI corresponde à média de seis fatores elaborados por Kaufmann, Kraay, and Mastruzzi (2011); INVR corresponde a direitos dos investidores e varia de 1 a 5; Origem Legal LEG (1 = Common Law; 0 = Demais).Correção de erros HCO de White aplicada para EM2 e EM3, por conta de problemas de heterocedasticidade dos resíduos.

Por fim, os resultados da relação entre BTC e persistência do lucro moderada pela agressividade tributária, obtida pela utilização de três proxies distintas (TAGa, TAGb e TAGc), são apresentados na Tabela 3. As três estimativas são significativas como um todo. O coeficiente da BTC se manteve positivo e significativo ( $p\text{-valor} < 1\%$ ), reforçando os resultados anteriores.

Os coeficientes das três proxies de agressividade tributária são positivos e significativos ao nível de 5%, um resultado alinhado aos encontrados por Blaylock, Shevlin e Wilson (2011). A significância estatística do  $\beta_2$ , correspondente às três variáveis de agressividade, sinaliza que práticas tributárias agressivas podem beneficiar a persistência do lucro.

Em relação ao termo de interação  $\beta_3$  entre BTC e agressividade tributária, observam-se em todos os casos coeficientes negativos e significativos ao nível de 5%, indicando que maiores níveis de agressividade tributária reduzem e até anulam os efeitos positivos da BTC sobre a persistência. Isso mostra que um ambiente em que as empresas adotem medidas tributárias agressivas é prejudicial ao efeito da conformidade contábil tributária sobre a persistência do lucro. Tem-se, então, a não rejeição de H2: há um efeito moderador da agressividade tributária na relação entre a BTC e a persistência do lucro.

**Tabela 3**

Relação entre BTC e EP com interação entre BTC e TAG

$EP_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 BTC_{i,t} + \beta_2 TAG_{i,t} + \beta_3 TAG_{i,t} * BTC_{i,t} + \sum \beta_i F_{i,t} + \epsilon_{i,t}$	<b>TAGa</b>	<b>TAGb</b>	<b>TAGc</b>
<b>PAINEL A (coeficientes)</b>			
Constante	0.590247*** (0.0936)	0.593173*** (0.0925)	0.588761*** (0.0935)
TAGa	0.577896** (0.28598)		
TAGb		0.566855** (0.2828)	
TAGc			0.584101** (0.2859)
BTC	0.417704*** (0.1307)	0.407716*** (0.1293)	0.419888*** (0.130)
TAGa*BTC	-1.261300*** (0.474)		
TAGb*BTC		-1.227247*** (0.4714)	
TAGc*BTC			-1.270999*** (0.4736)
WGI	-0.059966*** (0.010)	-0.059675*** (0.010)	-0.059993*** (0.010)
INVR	-0.008227 (0.010)	-0.008028 (0.010)	-0.008228 (0.010)
LEG	-0.067460*** (0.0204)	-0.067930*** (0.0205)	-0.067464*** (0.0204)
<b>PAINEL B</b>			
R <sup>2</sup> ajustado	0.1975	0.1966	0.1978
p-valor Teste F	< 0,000001	< 0,000001	< 0,000001
Maior VIF/GFIV	23.77 / 1.54	21.45 / 1.59	21.62 / 1.59

Nota: Significância: \*\*\* 1%, \*\*5% e \*10%. Pressuposto normalidade relaxado em virtude do teorema do limite central (Brooks, 2019). 319 observações país-ano. EP é uma proxy para persistência dos lucros e corresponde ao  $\beta_1$  do modelo geral autoregressivo (Dechow, Ge, & Schrand, 2010); BTC Book-tax conformity foi estimada conforme modelo de Atwood, Drake, and Myers (2010) e varia de 0 to 1 por país-ano;  $TAG_{(a)it} = \frac{[\sum_{t=2}^t (PTBI_{i,t} \times \tau_{i,t}) - \sum_{t=2}^t CTE_{it}]}{\sum_{t=2}^t PTBI_{i,t}}$ ;  $TAG_{(b)it} = \tau_{i,t} - \frac{CTE_{it}}{FCO_{i,t}}$ ;  $TAG_{(c)it} = \tau_{i,t} - \frac{CTE_{it}}{PTBI_{i,t}}$ ; World Governance Index WGI corresponde à média de seis fatores elaborados por Kaufmann, Kraay, and Mastruzzi (2011); INVR corresponde a direitos dos investidores e varia de 1 a 5; Origem Legal LEG (1 = Common Law; 0 = Demais) Correção de erros HCO de White aplicada para TAGa, por conta de problemas de heterocedasticidade dos resíduos.

## 4.2 Discussão dos resultados

O resultado do primeiro teste apresentado na Tabela 1 que mostra uma relação positiva entre a BTC e a persistência contraria os resultados do estudo de Atwood et al. (2010). Uma explicação possível seria a adoção de desenhos metodológicos distintos em relação ao critério de agregação das variáveis. Atwood et al. (2010) aplicaram testes multivariados testando a relação entre lucro corrente e defasado (persistência) em uma amostra agregada pelas firmas (cortes transversais), mas inserindo a BTC calculada por país/ano. No presente estudo, a variável dependente foi medida pelo coeficiente angular da variável

correspondente ao lucro defasado do modelo geral de persistência, porém, foi agregada por país/ano à semelhança da BTC. Registre-se que Atwood et al. (2010) consideraram o valor do coeficiente angular da interação entre a medida de conformidade e o lucro defasado.

Outro ponto importante a considerar é que Atwood et al. (2010) previram que o aumento da conformidade poderia aumentar ou reduzir a qualidade do lucro (persistência). Os autores, destacam, na elaboração da hipótese, que tal questão seria de natureza empírica.

Assim, apesar de os resultados da amostra de países estudada confrontarem, em relação ao sinal obtido pela BTC, o estudo de Atwood et al. (2010) e, numa perspectiva mais ampla, o trabalho de Blaylock et al. (2015), seriam consistentes com as previsões teóricas de que uma maior conformidade contábil tributária resultaria em uma melhor qualidade do lucro, além de apresentar alinhamento empírico com os resultados de Atwood et al. (2012), Watrin et al. (2014) e Tang (2015).

Entretanto, defende-se que a análise do efeito da BTC sobre a persistência é restrita se não é acompanhada da avaliação das possíveis ações discricionárias, conforme o desenho metodológico aqui empreendido. A premissa deste estudo é que o impacto da BTC sobre a persistência do lucro depende dos níveis de ações discricionárias das empresas que compõem o ambiente analisado.

Os resultados dos testes das hipóteses reportados nas Tabelas 2 e 3 indicam que quando existem maiores níveis das ações discricionárias (EM ou TAG) em um ambiente de maior conformidade contábil tributária, observa-se um efeito combinado de cada uma destas variáveis com a BTC que reduz o efeito positivo da BTC sobre a persistência do lucro. Ou seja, nesta situação (maior BTC e maiores níveis de EM ou TAG) tem-se ao mesmo tempo os maiores benefícios da BTC e as maiores reduções do efeito positivo da BTC sobre a persistência do lucro.

De outro lado, quando existem menores níveis destas ações discricionárias em um ambiente de menor conformidade contábil tributária, verifica-se um efeito combinado de cada uma destas variáveis com a BTC que reduz o efeito positivo da BTC sobre a persistência do lucro. Ou seja, nessa situação (menor BTC e menores níveis de EM ou TAG) tem-se ao mesmo tempo os menores benefícios da BTC e as menores reduções do efeito positivo da BTC sobre a persistência do lucro.

Em linha com as previsões de Desai (2005), Whitaker (2005) e Desai e Dharmapala (2009) observou-se uma relação positiva entre BTC e persistência do lucro, entretanto essa relação se altera na medida em que há a presença dos efeitos moderadores de EM ou de TAG. Os resultados das tabelas 2 e 3 revelam que há um decréscimo na persistência à medida que há aumento das práticas de gerenciamento de resultados ou de agressividade tributária. Tal configuração aproxima as conclusões de Atwood, Drake e Myers (2010) e de Blaylock, Gaertner e Shevlin (2015), que apontam que uma maior conformidade (BTC) é prejudicial à qualidade do lucro, com o achado de Tang (2015), que indica que as práticas de gerenciamento de resultados ou de agressividade tributária são menores(maiores) em ambientes de maior(menor) conformidade. A sinalização é que entidades em ambientes de maior conformidade teriam menos

oportunidades para exercer práticas de gerenciamento de resultados, mas, caso as pratiquem, o efeito negativo sobre a qualidade do lucro é bem maior do que em ambientes de menor conformidade. Ou seja, os resultados do presente estudo parecem indicar uma conciliação entre achados aparentemente contraditórios acerca da relação entre a BTC e uma proxy para qualidade da informação contábil. A abordagem de testar o efeito da BTC sobre a qualidade da informação ganha maior robustez na inclusão dos efeitos possíveis do gerenciamento de resultados ou da agressividade tributária.

O teste com EM adicionada de forma isolada mostra que quando se considera o ambiente jurídico-institucional, por meio da BTC, a análise do impacto isolado de EM sobre a persistência perde o sentido. O impacto negativo esperado do gerenciamento de resultados sobre a persistência só aparece quando é considerada a conformidade. Este impacto negativo é mais forte quanto maior for a BTC.

Os resultados positivos de TAG adicionada no modelo 12 ajudam a entender um pouco melhor os impactos dos diversos ambientes possíveis sobre a persistência do lucro. Os maiores impactos positivos da agressividade e da conformidade sobre a persistência são sentidos em ambientes de altos níveis de agressividade e baixos níveis de conformidade ou de baixos níveis de agressividade e altos níveis de conformidade. Já em ambientes em que ambos os níveis são altos ou ambos são baixos, os impactos são menores. Como dito anteriormente, isso pode estar mostrando que os benefícios não são efetivos quando se observam altos níveis de agressividade em um ambiente de alta conformidade, que deveria ser naturalmente redutor de ações tributárias agressivas.

Em relação aos resultados das variáveis institucionais, inseridas nos modelos como controle, foi observado uma relação negativa e significativa entre WGI e a persistência em todos os modelos e uma relação negativa e significativa em grande parte dos modelos entre LEG e persistência. INVR não se mostrou significativa nos modelos. Ou seja, países com indicadores institucionais de maiores scores de WGI e com origem legal common law apresentaram menores índices de persistência. Tais resultados vão de encontro aos resultados de estudos que mostram uma associação positiva entre países de tradição common law, com mais direitos para os investidores e de melhores indicadores institucionais, e atributos de qualidade do lucro. Não se pode, porém, descartar algumas objeções a esses estudos, principalmente em relação à questão da origem legal, que podem auxiliar na compreensão dos resultados aqui obtidos. Conforme salientado na análise sobre esses resultados, Ball et al. (2003) observaram que determinados países de origem common law apresentaram menores indicadores de qualidade do lucro do que países de conhecida tradição civil law. Além disso, Boonlert-U-Thai et al. (2006) observaram que países com forte proteção aos investidores apresentaram menores indicadores de qualidade do lucro.

## 5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar o efeito moderador dos níveis de gerenciamento de resultados (EM) e de agressividade tributária (TAG) das empresas na relação entre a BTC e a persistência do lucro.

Para a amostra de países estudada foi possível constatar que o efeito moderador que potencializa reduções na persistência do lucro se altera conforme mudam os níveis de ações discricionárias e de conformidade contábil tributária. O efeito de reduzir o acréscimo na persistência relacionado com a conformidade contábil tributária dos diversos ambientes jurídicos institucionais, é alterado de acordo com o nível de conformidade destes ambientes e do nível de práticas de gerenciamento de resultados ou de agressividade tributária por parte das firmas.

Para o caso do gerenciamento de resultados observa-se que os benefícios na persistência relacionados a um ambiente de alta conformidade só podem ser obtidos em ambientes em que as empresas gerenciem menos seus resultados. Isso acontece por conta do efeito negativo do EM, do efeito positivo da BTC e do efeito negativo da combinação entre EM e BTC.

Já para a agressividade tributária, observa-se que os benefícios na persistência relacionados a um ambiente de alta conformidade só podem ser obtidos em ambientes em que as empresas sejam menos agressivas tributariamente. De outro lado, observa-se que os benefícios na persistência relacionados a um ambiente de altos níveis de agressividade tributária por parte das firmas só podem ser obtidos em ambientes de baixa conformidade contábil tributária. Esses resultados podem ser explicados pela sensibilidade dos lucros às práticas tributárias agressivas em ambientes de grande alinhamento entre as normas contábeis e a base para tributação, por conta da associação potencial entre práticas discricionárias de agressividade tributária e gerenciamento de resultados (Frank, et al., 2009).

A interpretação que se oferece aqui é que a questão da conformidade contábil tributária e sua relação com a qualidade da informação precisa ser estudada em conjunto com as práticas agressivas (de gerenciamento de resultados e/ou de agressividade tributária). A análise da influência da BTC sobre elementos da qualidade do lucro ganha robustez quando incorpora outras dimensões, visto que os resultados mostram que os benefícios que a conformidade contábil tributária pode trazer para a qualidade do lucro só são potencializados em ambientes de baixos níveis de gerenciamento de resultados e de agressividade tributária. Adicionalmente, como a agressividade tributária traz ganhos à persistência do lucro, estes ganhos só podem ser auferidos em ambientes de baixa conformidade contábil tributária.

Eventuais modificações das estruturas legais existentes nos diversos países, sejam elas de maior ou menor conformidade contábil tributária, envolvem riscos não desprezíveis de impactos na qualidade do lucro, que só podem ser devidamente tratados quando da incorporação de outras dimensões relacionadas às decisões discricionárias das empresas.

Na perspectiva dos resultados do presente estudo, observou-se que em ambientes em que as empresas possuem grandes margens para o planejamento

tributário, a informação contábil de melhor qualidade é obtida em ambiente que isola os sistemas contábil e tributário. Por outro lado, os potenciais ganhos em termos de qualidade da informação contábil em um ambiente de alta conformidade não são auferidos se este ambiente for incentivador de práticas discricionárias de gerenciamento de resultados. Ressalte-se que por mais que um ambiente de alta conformidade seja naturalmente inibidor de práticas de gerenciamento de resultados, existem outros incentivos que estão além do alcance dos mecanismos de conformidade contábil tributária.

De forma a aprimorar o conhecimento sobre o tema, sugere-se a realização de novos trabalhos considerando outros atributos da qualidade do lucro e a exploração de outras técnicas de investigação da relação entre os construtos como a análise hierárquica ou multinível ou a análise de equações estruturais para investigar um possível efeito mediador existente. Também seria relevante um estudo que aprofundasse o impacto de outras variáveis do ambiente institucional na moderação da relação entre BTC e persistência do lucro. Além disso, outros estudos podem partir de dados não agregados por país, buscando entender os efeitos a partir dos dados das empresas.

## REFERÊNCIAS

- Ali, A., & Hwang, L. (2000). Country-specific factors related to financial reporting and the value relevance of accounting data. *Journal of Accounting Research*, 38(1), 1-21. <https://dx.doi.org/10.2307/2672920>
- Atwood, T. J., Drake, M. S., & Myers, L. A. (2010). Book-tax conformity, earnings persistence and the association between earnings and future cash flows. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 111-125. <https://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.11.001>
- Atwood, T. J., Drake, M. S., Myers, J. N., & Myers, L. A. (2012). Home country tax system characteristics and corporate tax avoidance: International evidence. *The Accounting Review*, 87(6), 1831-1860. <https://dx.doi.org/10.2308/accr-50222>
- Ball, R., Robin, A., & Wu, J. S. (2003). Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, 36(1-3), 235-270. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2003.10.003>
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of personality and social psychology*, 51(6), 1173.
- Barton, J., Hansen, T. B., & Pownall, G. (2010). Which performance measures do investors around the world value the most—And why? *The Accounting Review*, 85(3), 753-789. <https://doi.org/10.2308/accr.2010.85.3.753>

Blaylock, B., Gaertner, F., & Shevlin, T. (2015). The association between book-tax conformity and earnings management. *Review of Accounting Studies*, 20(1), 141-172. <https://doi.org/10.1007/s11142-014-9291-x>

Blaylock, B., Shevlin, T., & Wilson, R. J. (2011). Tax avoidance, large positive temporary book-tax differences, and earnings persistence. *The Accounting Review*, 87(1), 91-120. <https://doi.org/10.2308/accr-10158>

Boonlert-U-Thai, K., Meek, G. K., & Nabar, S. (2006). Earnings attributes and investor-protection: International evidence. *The International Journal of Accounting*, 41(4), 327-357. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2006.09.008>

Braga, R. N. (2017). Efeitos da adoção das IFRS sobre o tax avoidance. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(75), 407-424. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201704680>

Brooks, C. (2019). *Introductory Econometrics for Finance*. 4<sup>a</sup> ed. Cambridge: Cambridge University Press.

Brunozi Júnior, A. C., Kronbauer, C. A., Alves, T. W., & Martinez, A. L. (2019). Book-tax-differences anormais e persistência dos resultados contábeis e tributários em empresas de capital aberto listadas no brasil. *Revista Universo Contábil*, 15(1). <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2019101>

Burgstahler, D. C., Hail, L., & Leuz, C. (2006). The Importance of Reporting Incentives: Earnings Management in European Private and Public Firms. *The Accounting Review*, 983-1016. <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.983>

Canina, L., & Potter, G. (2019). Determinants of earnings persistence and predictability for lodging properties. *Cornell Hospitality Quarterly*, 60(1), 40-51. <https://doi.org/10.1177/19389655187917>

Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The Accounting Review*, 77(s-1), 35-59. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.35>

Dechow, P. M., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>

Dechow, P. M., Hutton; A. P., Kim, J. H., & Sloan, R. G. (2012). Detecting earnings management: A new approach. *Journal of Accounting Research*, 50(2), 275-334. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2012.00449.x>

Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 193-225. <https://www.jstor.org/stable/248303>

- Desai, M. A. (2005). The degradation of corporate profits. *Journal of Economic Perspectives*, 19, 171-192. <https://doi.org/10.1257/089533005775196705>.
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2006). Corporate tax avoidance and high-powered incentives. *Journal of Financial Economics*, 79(1), 145-179. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2005.02.002>
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2009). Earnings management, corporate tax shelters, and book-tax alignment. *National Tax Journal*, 62(1), 169-186. <https://doi.org/10.17310/ntj.2009.1.08>
- Evers, M., Meier, I., & Finke, K. (2016). The implications of book-tax differences: A meta-analysis. ZEW-Centre for European Economic Research Discussion Paper, 17-003. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/149747/1/878840095.pdf>.
- Francis, J., Lafond, R., Olsson, P., & Shipper, K. (2004). Costs of Equity and Earnings Attributes. *The Accounting Review*, 79(4), 967-1010. <https://doi.org/10.2308/accr.2004.79.4.967>
- Francis, J., Lafond, R., Olsson, P., & Shipper, K. (2005). The market pricing of accruals quality. *Journal of Accounting and Economics*, 39(2), 295-327. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.06.003>
- Frank, M. M., Lynch, L. J., & Rego, S. O. (2009). Tax reporting aggressiveness and its relation to aggressive financial reporting. *The Accounting Review*, 84(2), 467-496. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.2.467>
- Hanlon, M. (2005). The Persistence and Pricing of Earnings, Accruals, and Cash Flow When Firms Have Large Book-Tax Differences. *The Accounting Review*, 80(1), 137-166. <https://doi.org/10.2308/accr.2005.80.1.137>
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 127-178. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>
- Hanlon, M., Laplante, S., & Shevlin, T. (2005). Evidence on the possible information loss of conforming book income and taxable income. *Journal of Law and Economics*, 48, 407-442. <https://dx.doi.org/10.1086/497525>
- Hanlon, M., Maydew, E., & Shevlin, T. (2008). An unintended consequence of book-tax conformity: A loss of earnings informativeness. *Journal of Accounting and Economics*, 46, 294-311. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2008.09.003>
- Hanlon, M., & Shevlin, T. (2005). Book-tax conformity for corporate income: An introduction to the issues. *Tax Policy and the Economy*, 19, 101-134. <https://doi.org/10.1086/tpe.19.20061897>
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2011). The worldwide governance indicators: Methodology and Analytical Issues. (WGI) project. *Hague J Rule Law* 3, 220-246. <https://doi.org/10.1017/S1876404511200046>

Kolozsvari, A. C., & Macedo, M. A. da S. (2016). Análise da influência da presença da suavização de resultados sobre a persistência dos lucros no mercado brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(72), 306-319. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201602610>

Kothari, S. P., Leone, A. J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 163-197. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.11.002>

La Porta, R., Lopez-De-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1998). Law and finance. *Journal of Political Economy*, 106(6), 1113-1155. <https://doi.org/10.1086/250042>

Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2003). Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69(3), 505-527. [https://doi.org/10.1016/S0304-405X\(03\)00121-1](https://doi.org/10.1016/S0304-405X(03)00121-1)

Li, V. (2019). The effect of real earnings management on the persistence and informativeness of earnings. *The British Accounting Review*, 51(4), 402-423. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.02.005>

Martinez, A. L., & Passamani, R. R. (2014). Book-tax differences e sua relevância informacional no mercado de capitais no brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 4(2), 20-37. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v4i2.615>

Martins, V. G., Paulo, E., & do Monte, P. A. (2016). O gerenciamento de resultados contábeis exerce influência na acurácia da previsão de analistas no Brasil?. *Revista Universo Contábil*, 12(3), 73-90. <https://doi.org/10.4270/ruc.2016322>

Pae, J. (2005). Expected accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 24(1), 5-22. <https://doi.org/10.1007/s11156-005-5324-7>

Rajgopal, S., & Venkatachalam, M. (2011). Financial reporting quality and idiosyncratic return volatility. *Journal of Accounting and Economics*, 51(1-2), 1-20. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.06.001>

Reis, F. R. dos; Brunozi Jr., A. C., & Lima, B. P. de. (2018). Gerenciamento de Resultados e Persistência dos Dados Contábeis em Empresas de Capital Aberto Listadas no Brasil. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 13(3). <https://doi.org/10.21446/scg.ufrj.v13i3.15368>

Tang, T. Y. H. (2015). Does Book-Tax Conformity Deter Opportunistic Book and Tax Reporting? An International Analysis. *European Accounting Review*, 24(3), 441-469. <https://doi.org/10.1080/09638180.2014.932297>

Tang, T. Y. H., & Firth, M. (2011). Can book-tax differences capture earnings management and tax Management? Empirical evidence from China. *The*

International Journal of Accounting, 46(2), 175–204.  
<https://doi.org/10.1016/j.intacc.2011.04.005>

Watrin, C., Ebert, N., & Thomsen, M. (2014). Book-tax conformity and earnings management: insights from European one-and two-book systems. The Journal of the American Taxation Association, 36(2), 55-89.  
<https://doi.org/10.2308/atax-50769>

Whitaker, C. (2005). Bridging the book-tax accounting gap. Yale LJ, 115, 680.  
<http://hdl.handle.net/20.500.13051/9619>

### Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. CAPESPRINT.

### ANEXO I

Austrália	Dinamarca	Indonésia	Peru
África do Sul	Espanha	Israel	Reino Unido
Alemanha	Estados Unidos	Itália	Singapura
Bélgica	Filipinas	Japão	Suécia
Brasil	Finlândia	Malásia	Suíça
Canadá	França	México	Tailândia
Chile	Grécia	Noruega	Taiwan
China	Hong Kong	Nova Zelândia	Turquia
Coreia	Índia	Países Baixos	

**Figura 3 – Lista de Países da Pesquisa**

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Planilha de Contribuição dos Autores		
Contribuição	Guilherme O. M. Magalhães	Marcelo A. da S. Macedo
1. Idealização e concepção do assunto e tema da pesquisa	X	X
2. Definição do problema de pesquisa	X	X
3. Desenvolvimento da Plataforma Teórica	X	X
4. Delineamento da abordagem metodológica da pesquisa	X	X
5. Coleta de dados	X	X
6. Análises e interpretações dos dados coletados	X	X
7. Conclusões da pesquisa	X	X
8. Revisão crítica do manuscrito	X	X
9. Redação final do manuscrito, conforme as normas estabelecidas pela Revista.	X	X
10. Orientação		X